



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 373ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 19 de dezembro de 2018.**

Realizou-se no dia 19 de dezembro de 2018, às 8h30, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 373ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Eduardo Trani**, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Alan Perina Romão**, **Ana Carolina de Campos Honora**, **Carlos Alberto Maluf Sanseverino**, **Carlos Roberto dos Santos**, **Danilo Angelucci de Amorim**, **Fábio Augusto Daher Montes**, **Gil Kuchembuck Scatena**, **Isabel Cristina Baptista**, **Marcos Roberto Funari**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel**, **Marisa de Oliveira Guimarães**, **Mauro Frederico Wilken**, **Patrícia Nunes Lima Bianchi**, **Roberto Ulisses Resende**, **Rodrigo Levkovicz**, **Rubens de Macedo Soares**, **Sergio Luís Marçon**, **Syllis Flávia Paes Bezerra**, **Tatiana Anechini Lara Leite** e **Vilázio Lelis Junior**. Constavam do Expediente Preliminar: 1) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 2) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. **Constavam da Ordem do Dia:** 1) Apreciação do Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA do empreendimento “**Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte**”, de responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística S/A – EPL (Processo nº 282/2015). 2) Apreciação da minuta de **Deliberação Normativa** que fixa diretrizes e procedimentos para a instituição e funcionamento de **Conselhos de Mosaicos de Unidades de Conservação** (artigo 25 do Decreto Estadual nº 60.302, de 27-03-2014). 3) Apresentação do **Roteiro Metodológico dos Planos de Manejo do Estado de São Paulo**. 4) Apresentação do **Balanco da Gestão da SMA - Mandato 2015 – 2018**. O Secretário Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, deu por abertos os trabalhos da 373ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA e saudou as seguintes autoridades presentes: **Mário Mondolfo**, Secretário de Estado de Logística e Transportes, **Marcelo Arreguy Barbosa** Gerente de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, **Germano Seara Filho**, o ex-Secretário Executivo do Conselho. Passou imediatamente a palavra para o **Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Conselho, Eduardo Trani**, que cumprimentou os conselheiros e afirmou ser um dia importante, às vésperas das festas natalinas e do final de ano, como acontece tradicionalmente, na última Reunião Ordinária do CONSEMA. Agradeceu a presença de todos os conselheiros, da honra de estarem presentes dois secretários, o Secretário de Estado de Transportes e Logística, Mário Mondolfo, seu colega de secretariado, aliás, responsável pelo grande êxito na questão do tema das ciclovias do Pedal Anchieta 2018, agradeceu a presença do Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, Rubens Macedo, e antecipou que ao final da reunião ele próprio faria a apresentação do balanço da gestão de quatro anos da Secretaria de Meio Ambiente, iniciada pelo Governador Geraldo Alckmin, e concluída pelo Governador Márcio França, que se completa nesses dias, mostrando a importância da atuação da Secretaria do Meio Ambiente, e agradeceu, em especial, aos conselheiros do CONSEMA. Homenageou ainda o ex-Secretário Executivo **Germano Seara Filho**, e ao Presidente da Cetesb, **Carlos Roberto dos Santos** que nesta data, como ele próprio, também se despede da função executiva. Antes de iniciar a reunião, cumprindo com o prometido, distribuiria cinco exemplares impressos do Relatório da Qualidade Ambiental, trazidos pelo **Gil Scatena**, responsável pela CPLA, apenas para conhecimento e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

visualização, enviando-se em seguida uma cópia para cada conselheiro. Informando que seria um dia festivo, como é da tradição do CONSEMA, requereu então ao Secretário Executivo Anselmo que conduzisse os trabalhos. O **Secretário Executivo** informou que a Agenda para o ano de 2019 será disponibilizada na página eletrônica na *internet*, ressaltando que a primeira reunião de 2019 está prevista para o dia 29 de janeiro. Passou-se à exposição de Assuntos Gerais, nos 30 minutos divididos entre os conselheiros inscritos. Convidou para o uso da palavra, por três minutos, a conselheira **Patrícia Bianchi**, que cumprimentou a todos e disse que gostaria de desejar um bom descanso de final de ano, para que se possa retornar no próximo biênio. Cedeu o seu tempo para **Dora Tshirner**, que confirmou o recebimento de análise feita pela Cetesb sobre uma contestação de um Parecer apresentada por ela com relação a um curso d'água em Jaquehy, São Sebastião, que haveria sido equivocadamente mensurado pelos técnicos da agência local. Agradeceu ao Secretário do Meio Ambiente por ter sido convidada a participar de reunião junto ao Conselho Orientativo do Parque Jequitibá pela Arq. Ana Lucia de Faria da SMA e equipe da CPU (Coordenadoria de Parques Urbanos), ocasião na qual tomou conhecimento das melhorias e atividades desenvolvidas, correlacionando-as como sendo em resposta a demandas apresentadas por ela em Reunião Plenária, acerca de invasões e depredações que vinham ocorrendo, fazendo votos para que próximo Governo invista no projeto para entregar às comunidades do entorno uma área de lazer, pela sua importância na preservação. Solicitou fosse-lhe dado posicionamento sobre a demanda apresentada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê referente à compensação pelo sistema produtor de São Lourenço pela Sabesp, um valor considerável, para a APA de Itupararanga. Sobre a DEJEM – Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho, gostaria que a Secretaria de Segurança Pública, no próximo Governo, pudesse repensar o Local de Revista, facilitando aos agentes que participam ou participarão da operação, locais mais próximos à área de atuação, seja de UCs e/ou Parques, cuja dificuldade se apresenta no ir e vir, com despesas de viagem e até pedágios, como também se repensasse em valores diferenciados quando a vigilância ocorresse em dias de feriados ou final de semana, pedindo então ao CPAmb – Comando de Policiamento Ambiental, através do seu comandante, o Cel. PM Homero Cerqueira, um esforço na reformulação dessa operação. O conselheiro **Roberto Resende**, afirmando ser esta a última reunião do ano e da gestão e da Secretaria de Meio Ambiente com a atual estrutura conhecida, se despediu depois de dois mandatos como membro suplente, e, apesar de não continuar no Conselho, reforçou a importância do Sistema Ambiental Paulista ter continuidade no próximo ano, reafirmando que o papel dos órgãos estaduais, da sociedade civil, dos órgãos municipais e do próprio Conselho, será da maior relevância para a sociedade civil no âmbito do Estado de São Paulo. Declarou que o desafio do conselho será o de ocupar esse espaço de forma positiva e ser propositivo nas discussões das políticas públicas, em manterem seu caráter normativo, que não trate apenas do licenciamento ambiental, e cumprimentando a todos desejou que o conselho consiga atuar de forma mais eficaz. O conselheiro **Vilázio Lélis Júnior** desejou feliz natal e boas festas aos presentes e informou que estava indo para as férias com o compromisso de trabalhar numa questão ambiental muito séria, que seria o recolhimento de plásticos no mar e nas praias. Aproveitando a presença do conselheiro Carlos Roberto, Presidente da Cetesb, fez uma provocação: com o verão chegando, o noticiário televisivo estava mostrando, nos últimos dias, uma grande preocupação em relação à questão das praias, impróprias para banho, do litoral de São Paulo; outra questão é que se teve, há pouco tempo, uma



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

apresentação da Secretaria de Logística e Transportes sobre o Rodoanel e que o noticiário televisivo de segunda-feira, dia 07/12 (nos jornais Bom Dia Brasil e no SPTV), fez uma série de referências à Ilha do Bororé, na região da Represa Billings, de São Paulo, sendo destacada a questão do não atendimento da compensação ambiental referente ao Rodoanel, e que na área que seria disponibilizada para plantio simplesmente não fora plantada nenhuma árvore, solicitando, por fim, que isso fosse averiguado. A conselheira **Cristina Murgel** cumprimentou a todos e, em nome da Federação das Indústrias do Estado de SP – FIESP, fez uma saudação especial ao Trani, ao Carlos Roberto, cumprimentando-os pela gestão; relembrou que foram tempos tumultuados, mas tiveram grandes avanços, não avançaram em tudo, mas avançaram bastante, disse ser essa a avaliação da Federação; desejou a todos um feliz natal e que tivessem um ano melhor; com todos os desafios colocados, o Conselho teve muito a contribuir, e certamente o fará; agradeceu por esses quatro anos, que foi um aprendizado muito grande para ela, pessoalmente. Declarou que nas divergências, principalmente, e até por obrigação de ofício, o contraponto da FIESP foi sempre muito insistente, pedindo desculpas por isto, mas esclareceu que fazia parte da função da Federação. Informou ainda que estava saindo com uma bagagem a mais e levando-as para outras atuações, e que a FIESP, mesmo substituindo os seus representantes, continuará à disposição. O conselheiro **Danilo Amorim** cumprimentou os conselheiros, desejando um feliz natal e um próspero ano novo, e cedeu seu tempo, da mesma forma o fazendo o conselheiro **Gil Scatena**, para uma importante apresentação de **Luis Alberto Bucci**, Diretor Geral do Instituto Florestal (IF). Depois de cumprimentar o Secretário Eduardo Trani, presidente do Conselho e demais conselheiros e amigos, apresentou ao Plenário o livro *“A COMPLEXIDADE DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NOS PARQUES E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro fundiário”*, obra póstuma de um grande amigo, Joaquim de Britto Costa Neto, que trabalhou durante 20 anos no Instituto Florestal; que esse livro, oriundo do seu doutorado, focou a questão fundiária no Vale do Ribeira, especialmente o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, e no Pontal do Paranapanema; que trazia diagnóstico, um histórico muito interessante que apontava para o futuro, sendo um excelente instrumento de gestão de Unidades de Conservação; agradeceu, sobretudo, à grande equipe envolvida que trabalhou e contribuiu para essa publicação. Informou que recebera apenas 20 exemplares, mas assumiu o compromisso de encaminhar a todos os conselheiros. Registrou a presença da Isabel Pires (Bel), a viúva do autor, das filhas gêmeas Luísa e Julia, e comunicou a ausência do filho Bruno, geógrafo e professor, por estar lecionando naquele momento; apresentou cinco slides rapidamente por causa do tempo, discorreu sobre o título do livro, a autoria do arquiteto e urbanista Joaquim, que atuou muito na questão das Unidades de Conservação; contou que em 1988 integrou esse grupo de arquitetos, apresentou o sumário e os capítulos, a criação das Unidades de Conservação, as origens e os efeitos da indisciplina da documentação e registro de imóveis, e as especificidades do sistema, a indústria de indenização, as políticas públicas, e depois uma conclusão onde apontou realmente soluções para questão; finalizou agradecendo a todos, especialmente aos amigos presentes. O **Presidente do Conselho** agradeceu pelo pronunciamento do Diretor do IF e, solicitando a devida vênua do plenário, homenageou o autor do livro, Joaquim de Britto Costa Neto, como grande colaborador do Sistema Ambiental Paulista, colega seu de docência por cinco anos, quando lecionaram na Universidade Católica de Santos, e que compôs o grupo dos primeiros grandes lutadores pela questão da conservação da biodiversidade, assim como Clayton



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Lino, Zé Pedro, Adriana Mattoso, ele próprio, que viera depois, e outros tantos arquitetos e urbanistas inspirados por dois grandes mestres da FAU/USP, um deles, Zé Pedro de Oliveira Costa, que, fora inclusive, o primeiro Secretário de Meio Ambiente, e a sua querida e especial amiga, colega professora, mestra de todos eles, a professora Ermínia Maricato, a quem pediu que se levantasse, a fim de homenageá-la. Declarou extrema felicidade naquela oportunidade, sendo seu último dia à frente do CONSEMA, e com os arquitetos tocando políticas públicas como as ora discutidas. Apresentou a homenageada como tendo sido sua mestra, quando este começou a trabalhar em 1977, estagiário de arquitetura na Secretaria de Planejamento, e Ermínia Maricato estava lá na época da resistência, já fazendo, naquela época, as primeiras análises das favelas de São Paulo, relembando dos estudos de Heliópolis e ressaltando sua expertise sobre estes, ela que foi a grande lutadora pelas questões ambientais e urbanas na cidade, que já mostrava os problemas urbanos. Declarou que, como aluno a adorava, estudava com ela, e a considerava uma grande lutadora. Ermínia fora ainda Secretária Municipal de Habitação, foi Secretária Executiva do Ministério de Meio Ambiente (quando era considerada por eles a “ministra efetiva do Ministério das Cidades”), grande professora, com uma carreira incrível. E declarando imensa felicidade pela presença dela e por poder homenageá-la, grande pensadora da questão urbana no Brasil, da pobreza, e das questões socioambientais, convidou-a para fazer o uso da palavra. A **Professora Ermínia Maricato** contou ter sido orientadora do doutorado do Joaquim e, confessou, que a cada aluno como Joaquim que se tem, faz-se uma viagem junto; que entrou nesse trabalho e viveu a impressionante e muito desconhecida bibliografia sobre a questão fundiária no Brasil; complementou que até hoje não se tem o cadastro de terras da união porque interessa que não se conheça tal patrimônio. Relembrou ter aprendido com o Joaquim sobre essa apropriação privada do patrimônio público, a existência de vários registros, andares de registro de terra sobre o mesmo espaço, por exemplo, o que levava o governo a desapropriar várias vezes o mesmo pedaço de terra. Afirmou que aprendera muito com a equipe do Instituto Florestal, por meio do Joaquim, e achou linda aquela homenagem, e queria agradecer demais; que ela fez a apresentação do livro e que esperaram muito tempo para sair essa publicação; agradeceu ao secretário a sua publicação *no final do segundo tempo*. Informou que se aposentou e hoje trabalhava demais na rede BR Cidades, um projeto lançado por ela para cidades do Brasil; que fizeram um manifesto, puseram na internet, e isso virou fogo em palha mesmo; que hoje há núcleos em 15 cidades, e em 25 universidades, e voltava para o trabalho voluntário na sociedade civil. Por fim, convidou a todos para fazer um trabalho pedagógico para nossa sociedade, para que todas as questões sobre as quais são muito informados, seja repartida com a nossa sociedade, e encerrou agradecendo o privilégio de estar ali hoje. O Presidente do Conselho passou então a palavra a **Clayton Lino**, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que iniciou parabenizando o Secretário Eduardo Trani pelo trabalho realizado na curta, mas extremamente produtiva gestão à frente da Secretaria, e fazendo menção a Germano Seara Filho, ressaltou a importância do CONSEMA na política ambiental do Estado de São Paulo, sendo uma referência para o Brasil. Cumprimentou a todos e salientou a grande contribuição dos arquitetos, junto a outras disciplinas, na área ambiental. Relembrou do autor da obra, Joaquim de Britto Costa Neto, e seu trabalho fantástico, do prazer de tê-lo contratado em 1985, para a formação de um Departamento de Parques, de sua performance nos estudos sobre o PETAR. Relembrou dos feitos da Dra. Maria Aparecida Rezende, e agradeceu à equipe, formada por Marilda, Fred, Gláucia, a Nereia,

Página 4 de 20





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

dentre outros não citados por sua contribuição e seu trabalho multidisciplinar. Declarou que a obra nasce como referência, uma obra prima, na questão fundiária, que é um dos maiores problemas, não só ambientais, mas também sociais do Brasil. Abriu sua palavra então para a Sra. Isabel Pires, a viúva do autor, e suas filhas Luísa e Julia. Com a palavra, **Isabel Pires** agradeceu a todos pelas palavras, informando ter acompanhado o trabalho de Joaquim como aluna. Agradeceu a todos os que participaram da obra. Relembrou que Joaquim partira logo após o término do último capítulo do livro, com a Ermínia Maricato, sendo que, tempos depois declarou a esta que este trabalho finalizado não deveria permanecer na gaveta. E agradeceu pela publicação, mesmo tendo decorrido muito tempo. E, após estas palavras, o **Presidente** convidou o Coral de funcionários da Cetesb para uma apresentação musical, em homenagem ao Joaquim, à sua esposa e filhas, além dos representantes do Conselho. Após a apresentação, e tendo sido finalizadas as homenagens, o Secretário-Executivo **Anselmo Guimarães** passou a palavra ao conselheiro **Sérgio Luís Marçon**, que cumprimentou a todos e fez uma prestação de contas sobre a Operação Corta-fogo: que se teve 2.948 focos de incêndios registrados, de acordo com o que foi monitorado pelo INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que significava 24% a menos do que o número de focos do ano passado, considerando a influência da questão climática; que o número de focos em Unidades de Conservação também teve ligeira diminuição, 10%, foram 58 ocorrências, um pouco mais de 2.000 hectares em unidades de conservação; destacou algumas atividades dos órgãos componentes da operação, citou a iniciativa do conselheiro Rodrigo Levkovicz, Diretor Executivo da Fundação Florestal, que fez a entrega de caminhões, caminhonetes, caminhões-plataforma para auxiliar a estruturação dos polos de combate a incêndio florestal, o que havia melhorado muito a resposta quando há ocorrência de incêndios, e também na prevenção a eles; que tiveram uma nova iniciativa, que foi a articulação de redes locais, na APA Barreiro Rico, na Serra do Jaboticabal, e também no fundo do Vale do Paraíba, na Mantiqueira, onde se procurou buscar articular junto aos atores para se fazer frente à questão do fogo; que foi feito o fortalecimento das brigadas municipais, com treinamento de quase 3 mil brigadistas, e finalizaram os planos de prevenção e combate a incêndios para 55 Unidades de Conservação do Sistema Ambiental, o que permitiu uma resposta mais rápida, uma organização de todos os atores municipais, estaduais e iniciativa privada em torno do tema; disse que foram lavrados 906 Autos de Infração Ambiental relacionados à fiscalização do uso irregular do fogo, da fabricação de balões, ressaltando a atuação firme Polícia Militar Ambiental, desmontando fábricas de balões na Região Metropolitana da Grande SP, problema este um pouco mais crônico. Informou que a perspectiva para o ano vindouro será a criação de um banco de dados um pouco mais sólido, com a transformação em meio digital do Boletim de Ocorrência de Incêndios, permitindo que se trabalhe melhor os relatórios, e, por conseguinte as ocorrências, que serão melhor geridas; que darão continuidade à articulação de redes locais pelo Estado, e apresentarão uma nova proposta de decreto para organizar a estrutura da operação em termos de atribuição dos componentes, aos quais agradeceu, nominalmente: Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, os órgãos gestores, Fundação Florestal, Instituto Florestal, Instituto Botânico, Artesp, DER, Cetesb, aos demais que participaram de alguma forma da operação. Finalizou informando que no ano que vem estarão mais preparados e organizados para a estiagem. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz**, Diretor Executivo da Fundação Florestal, cumprimentou a todos e, rapidamente, informou que estavam completando 85% dos conselhos instituídos nas Unidades de Conservação, avaliando ser uma grande vitória do Sistema, e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

informou que a previsão é de se chegar a 90% até o final do ano; agradeceu o empenho do Diego Hernandez, da Fundação Florestal, e de toda a equipe que se empenhou, junto às diretorias técnicas e gestores, para que isso tivesse acontecido. O conselheiro **Carlos Sanseverino**, em clima de confraternização, lembrou que sua participação no Conselho vem desde a época do Professor Goldemberg, e ponderou não saber se, por mudanças na gestão da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil continuará representando aquela entidade junto ao CONSEMA, mas afirmou que as amizades são perenes, são eternas, e fez uma homenagem especial ao doutor Germano, ao Carlos Roberto dos Santos, e em especial, ao Secretário Trani, à professora Ermínia Maricato, e frisou que esta reunião tinha um condão especial de premiar a meritocracia, o que talvez fosse a grande vertente dos lutadores desta casa. Elogiou o esforço dos dirigentes da casa, do Presidente Carlos Roberto, do Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano, que tanto o ensinou e ensina, e a excelência dos técnicos da Cetesb. Comentou que vivemos numa sociedade que clama pela meritocracia, mas que nesse país nem sempre se cruza a política com a competência, e hoje nesta mesa, por excelência, prima a competência; pediu licença e iniciou uma vibrante salva de palmas à mesa diretora, e encerrou sua manifestação desejando um feliz natal a todos e um abençoado 2019. A conselheira **Syllis Bezerra** iniciou pedindo a permissão de todos para que falasse em pé, por ser um dia muito contagiante, que estava se despedindo desse nobre conselho com muita alegria, e, em razão disso fez o seguinte pronunciamento, aqui reproduzido *ipsis verbis*, em homenagem a todos: *“Ao nobre colegiado do Governo do Estado de São Paulo, CONSEMA, nossos eternos agradecimentos pela oportunidade de compartilhar com vocês todas as nossas experiências, e ampliar nossos conhecimentos. Durante nossa participação ativa, durante dois anos e dois meses exatamente, nas reuniões das comissões temáticas da biodiversidade, na qual eu aprendi muito, tive a oportunidade de cumprir um dos objetivos do CONSEMA, que é o artigo 2º, inciso V, que é estimular a realização de atividades educacionais e a participação da comunidade no processo de preservação, melhorias e recuperação da qualidade ambiental. Isso convergiu com um dos objetivos da nossa ONG. O CONSEMA contribuiu muito para que a nossa entidade ambientalista, Ecophalt, com sede em Praia Grande, na Baixada Santista, atingisse o nível maior de conhecimentos, ampliou o nosso campo de atuação, hoje nós somos muito reconhecidos em nossa região e, apesar de ter uma sede em Praia Grande, nós fazemos parte do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Praia Grande, recentemente nomeada, fazemos parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Peruíbe, fazemos parte também do Programa Socioambiental de Apoio às Organizações Cooperadas de Catadores de Materiais Recicláveis de Santos, e em breve, ano que vem, também vou fazer parte do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Cubatão. Então, nós estamos atuantes em vários municípios, graças a nosso apoio, e assim podemos trazer aqui para a plenária demandas, sugestões de moradores, estudantes, autoridade do terceiro setor, além de incentivá-los a participar das reuniões da plenária, e demonstrando a transparência que ocorre aqui nas nossas discussões. Enfim, esperamos ter atingido a expectativa desse nobre colegiado, pois importante de todos nós é o comprometimento com a preservação dos recursos naturais, o que deixamos de herança servirá como desafios para os futuros conselheiros”*. Citou o reconhecimento pelo trabalho da entidade, o apoio de todos, e não pode deixar de fazer agradecimentos especiais ao Trani e SMA, ao Carlos Roberto e Cetesb, ao Dr. Germano, seu professor, ao Secretário-Executivo Anselmo, a equipe do CONSEMA - Ludmilla, Dirce Rosa, Zé Mário, Rosário, Cecília, Rosana, Gerson, Daniel, Adriano, a

Página 6 de 20



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

equipe de som, filmagem e fotografia, e o nosso fotógrafo Jorge; agradeceu por todos terem acreditado no seu projeto, e disse que o presente tem um compromisso com o futuro e o passado não pode ressuscitar o passado e finalizou desejando feliz natal e próspero ano novo. Com o encerramento das falas dos conselheiros sobre Assuntos Gerais, passou-se ao primeiro item da ordem do dia, qual seja, a apreciação do Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA do empreendimento **“Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte”**, de responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística S/A – EPL (Processo nº 282/2015). Apresentaram o tema Marcelo Arreguy Barbosa, representante da Dersa, e Carlos Henrique Aranha, da Prime Engenharia. **Marcelo Arreguy Barbosa** cumprimentou a todos e justificou que a apresentação seria feita pelo Carlos Aranha, que é o responsável pela elaboração do EIA-RIMA. **Carlos Henrique Aranha** disse tratar-se do licenciamento de uma ferrovia de carga, um modal sabidamente de maior eficiência energética e de menor impacto ambiental, que trará grandes benefícios para ampliar a capacidade do sistema ferroviário de transposição da região metropolitana de São Paulo; que esse empreendimento, pelo seu traçado, terá duas grandes outras peculiaridades, contíguo a outro grande empreendimento de infraestrutura de transportes, que é o Rodoanel, cuja construção, aproveitará grande parte da área já desapropriada da própria faixa de domínio do Rodoanel Norte; que parte do Rodoanel Leste, contribuiu grandemente para a minimização dos impactos ambientais e sociais para implantação desse projeto, e destacou a parceria entre o Governo Federal, que é o empreendedor do empreendimento, com o Governo do Estado, para justamente se aproveitasse a ampla experiência desenvolvida pelo Governo do Estado, Secretaria de Logística e Transportes e Dersa na implantação do Rodoanel Mário Covas trechos Norte e Leste; que esse empreendimento fará parte do programa de parcerias e investimentos do Governo Federal por causa de um convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal, que a Secretaria de Logística, através da Dersa, participou como responsável pela elaboração dos estudos ambientais para a obtenção da licença prévia; que o gráfico mostrou a matriz de transporte do Estado de São Paulo em que cerca de 84% das cargas são transportadas por rodovias e apenas 11% por ferrovias; que tratava-se de uma aspiração permanente dos governos de ampliar a participação do modal ferroviário e que dará início a um grande benefício de transformar essa matriz com uma maior participação do setor ferroviário, pois as ferrovias são antigas, e, em grande parte, compartilhadas com o transporte público de passageiros; na ilustração as linhas vermelhas são as ferrovias exclusivamente utilizadas para cargas, as azuis são exclusivas para transporte de passageiros, a linha 9 e 8 da CPTM, e os trechos em verde são compartilhados pelas ferrovias de carga, operadas hoje pela MRS, e os trens da CPTM, as linhas 7, 10, 11 e 12; que o trajeto da carga hoje, que vem do Porto de Santos, ou vem do interior para acessar o Porto de Santos, ou vem da região de Minas e do Rio de Janeiro, passam pelo centro da região metropolitana, pela Estação da Luz; que o Ferroanel vai constituir, então, um desvio, um contorno pela região Norte da região metropolitana, liberando as linhas que agora estão em azul para o transporte exclusivo da CPTM, permitindo que ela amplie o intervalo entre trens, aumente a capacidade para o transporte público, e, sobretudo, o aumento da capacidade do transporte de cargas que hoje é muito reduzido, porque o transporte de passageiros reduz a capacidade de passagem dos trens de carga, que são as locomotivas e as composições que apenas utilizam o período noturno, e alguns pequenos intervalos entre trens da CPTM, obrigando uma logística muito complicada para composições que vem de outras regiões; apresentou uma



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ilustração que mostra o conflito de trens de carga e trens de passageiros e afirmou que, numa fotografia da estação da Luz, em São Paulo, a quantidade de pessoas do transporte coletivo por trens ao lado de uma composição de minério passando dentro da Estação da Luz; que os objetivos estratégicos desse empreendimento serão equilibrar a matriz de transporte de cargas em São Paulo, eliminando o gargalo logístico, reduzindo os custos de transporte, eliminando conflitos entre transporte de passageiros e cargas, aumentando a eficiência do sistema de passageiros e de transporte de carga, reduzindo a emissão de poluentes e viabilizando um novo sistema intermodal que a Secretaria de Logística e Transportes planejará para toda a macrometrópole do Estado de São Paulo; que o projeto proposto terá início na região de Itaquaquecetuba, na linha existente hoje, operada pela MRS, próximo da estação e do pátio de Manoel Feio, passando em paralelo a um trecho do Rodoanel Leste, paralelo ao Rodoanel Norte, até chegar na região de Perus; que serão quatro municípios atravessados: São Paulo, Guarulhos, Arujá e Itaquaquecetuba, 53 quilômetros, sendo que um terço por túneis, 12 túneis, 23% em obras de arte, em viadutos, e o restante em superfície; que mais de 56% desse traçado, se aproveitará parte da própria faixa de domínio, e que não haverá impactos significativos na superfície, em túneis e viadutos; que tratava-se de uma ferrovia em via dupla, e bitola de 1,60 metros, conforme ilustrações que apresentou; que a análise de alternativas apresentadas neste estudo de impacto ambiental, datavam do início da década de 2000, divididos em duas etapas: primeiro, uma análise de macro alternativas, já feitas pela ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, e com base em informações recentes e por um conjunto de critérios, a diretriz junto ao Rodoanel mostrou-se a mais apropriada em todos os quesitos, porém, os estudos foram atualizados e, após exaustivos estudos de alternativas, seriam quatro alternativas, e ao longo do trabalho surgiu a possibilidade de uma quinta alternativa mais tecnológica que seria a travessia de passagem pela Rodovia Dutra por meio de um túnel; que após ser considerado um conjunto de critérios relativos às características da obra, ao meio físico, meio biótico e socioeconômico, e após exaustiva, a alternativa 5 foi a recomendada. Passou-se à projeção de uma animação com a visão aérea de todo o trajeto, o qual passou a ofertar detalhes. Em seguida discorreu sobre o diagnóstico ambiental, explicando que tinha quatro anos de monitoramento de vegetação, de fauna, qualidade de água, áreas contaminadas, e uma série de outros temas que foram aproveitados nesse empreendimento; que contaram com todas as lições aprendidas na implantação das medidas mitigadoras, e que algumas delas foram muito bem sucedidas, puderam ser implementadas e melhoradas, e outras apresentaram problemas que puderam ser revistas. Com relação aos principais impactos, a etapa de construção será a de maior impacto no meio físico, antrópico e socioeconômicos, e destacou a necessidade de supressão de quase 78 hectares, 18 hectares em estágio médio. Serão desapropriações de 127 propriedades, 31 moradias para desapropriação, e 102 para reassentamento. Na etapa de operação, destacou temas que poderão causar algum incômodo, os níveis de ruído onde foram feitas simulações indicando em que seções e em que trechos o detalhamento do projeto deverá prever medidas atenuadoras. Com relação à qualidade do ar, terão dois pontos críticos, aquele do longo túnel que concentra a emissão de poluentes, e trechos de rampas mais elevadas que podem também ter maior concentração de emissões, cuja medida atenuadora será a utilização de equipamentos de locomotiva com controle de emissões adequado para o atingimento dos limites legais de qualidade do ar. Com relação aos impactos positivos, terão o benefício de ampliar a capacidade do transporte ferroviário aqui na região metropolitana, passando dos atuais 9





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

milhões de toneladas para mais de 67 milhões de toneladas por ano. Com relação à mobilidade urbana nos trens da CPTM, serão quatro linhas da CPTM diretamente beneficiadas com mais de 3 milhões de usuários por dia, e irá retirar das rodovias aproximadamente 7.300 caminhões por dia, cuja carga que hoje é transportada por caminhões, passará a ser transportada pela ferrovia, indicou otimização das operações de coleta e distribuição de carga na região metropolitana, reduzindo os custos de transporte, e além disso, com a operação desse empreendimento, reduzindo 180 mil toneladas de emissão de CO<sup>2</sup> na região metropolitana, reduzindo os poluentes de efeito estufa. Acrescentou que todos os impactos identificados estarão contemplados com medidas mitigadoras em 12 programas de gestão ambiental com detalhamento do projeto para o atendimento de condicionantes ambientais, atendendo as solicitações da Cetesb sobre ajustes de traçado, sugestões das prefeituras, sobre programas de controle ambiental na etapa de construção, de supervisão e monitoramento ambiental das principais variáveis, de desapropriação e liberação de áreas, de reassentamento de população, interação e comunicação social, patrimônio arqueológico, gestão de plantios compensatórios, compensação pelos 78 hectares de remoção e de intervenção em APP, de proteção da fauna silvestre, de compensação com base na lei do SNUC, onde serão aplicados os critérios dos Decretos Federais, o percentual de 0,5% que será depositado na Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria, da ordem de R\$ 20 milhões. E, finalmente, falou sobre o plano de gestão da operação com critérios para que a operação seja ambientalmente adequada. **Mário Mondolfo**, Secretário de Estado de Logística e Transporte, cumprimentou a todos, falou do prazer de retornar ao CONSEMA, lembrou-se da época da avaliação ambiental estratégica do Rodoanel, quando já se contemplava a questão do Ferroanel tanto Norte quanto Sul; que se tratava de uma obra pequena, de 53 quilômetros, para o padrão de ferrovias, alterando o intervalo de trens de 9 para 3 minutos, o que representará um ganho para a região metropolitana; esclareceu quais seriam as fontes de financiamento, dentre as quais, provenientes de renovação da outorga do contrato da MRS e de organismos internacionais. Finalizou, esclarecendo que, futuramente, se buscaria concessões com a iniciativa privada, tendo em vista que o trecho licenciado também seria utilizado por outros parceiros, o que trará retorno econômico após a conclusão da obra. O conselheiro **Mauro Wilken** parabenizou pelo projeto porque aliviará o tráfego das estradas e a poluição emitida pelos veículos a diesel e perguntou qual o plano para o “bota-fora” dos túneis. **Mário Mondolfo** respondeu que existem os locais destinados, que boa parte dos materiais dos túneis é granito de boa qualidade e será utilizado como brita de lastro para a própria ferrovia. **Carlos Henrique Aranha** complementou que o próprio EIA indica locais potenciais para os “bota-fora” de materiais desnecessários, e, especialmente, para os materiais que podem ser reaproveitados, como a brita de escavação desses túneis, esta será aproveitada na própria obra, principalmente para o lastro da ferrovia. **Carlos Sanseverino** cumprimentou as pessoas pela apresentação e sugeriu fosse criada, como no Rodoanel, uma comissão mista envolvendo o Ministério Público, a OAB, e membros do CONSEMA, para acompanharem as mitigações e os comprometimentos assumidos pelo empreendedor em relação aos danos, como medida alternativa para se evitar a judicialização; pediu esclarecimentos sobre de que forma estão sendo tratados os compromissos de mitigação e compensação dos impactos causados. **Mário Mondolfo** respondeu que não via problema na criação dessa comissão, porém poderá ser que o empreendedor mude, tendo em vista hoje se tratar de uma outorga federal ao poder estadual. **Carlos Henrique Aranha** entendeu ser uma boa sugestão, até para ampliar o acompanhamento que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

a Cetesb faz, que já é bem próximo. Informou, inclusive, que a Cetesb solicitou uma inovação no projeto, que é o acompanhamento da evolução da obra por meio de drone, para obtenção de fotografias e filmagens pertinentes, declarando ser esta uma inovação na gestão ambiental, e que os empreendedores prontamente acataram. **Carlos Sanseverino** colocou a OAB à disposição para participar desta comissão, caso seja aprovada pelo Conselho. O conselheiro **Vilázio Lélis Júnior** parabenizou a equipe e registrou duas demandas que percebeu durante a leitura das atas das Audiências Públicas nos quatro municípios afetados pelo empreendimento, sendo uma sobre o local onde será feita a compensação ambiental, e a outra sobre a criação de um canal de comunicação com a sociedade civil nas diferentes etapas do empreendimento. **Carlos Henrique Aranha** respondeu que com a sociedade, terão um programa de interação e comunicação social, com diferentes ações de possibilidade de comunicação, via ouvidoria dos empreendedores, e criando canais diretos para atendimento de demandas da vizinhança com as empreiteiras contratadas. Sobre a questão das compensações ambientais, serão depositados R\$ 20 milhões no fundo gerido pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, que decide sobre onde esses valores serão aplicados, atendendo a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sobre as compensações para a supressão de vegetação, seguirá os parâmetros legais, conforme indicado pela Cetesb, e a localização dos plantios compensatórios se dará preferencialmente nos municípios onde ocorrerem as supressões. Porém, há uma ressalva importante, nem sempre há áreas disponíveis para essas compensações nos próprios municípios, e, assim sendo, se buscará realizar os plantios na mesma bacia hidrográfica para que as condições climáticas daquela região se mantenham, tudo sempre com o aval da Cetesb. **Eduardo Trani**, após agradecer aos colegas que trabalharam com ele, elogiou o empreendimento na forma como ele vem sendo feito, com o avanço tecnológico das propostas, demonstrando a maturidade do Estado de São Paulo ao implantar uma obra de infraestrutura desse porte, e com uma precisão cirúrgica, a fim de se preservar e proteger mais ainda o Parque Estadual da Cantareira, com o Rodoanel e Ferroanel fazendo uma barreira física contra o avanço da mancha urbana, com uma parceria compartilhada com os municípios, que têm de ser duros com a aplicação das suas Leis de Uso do Solo, e exercendo a fiscalização ambiental, para que não haja ocupação dos entornos dessa obra. Registrou, por oportuno, ser a aprovação do CONSEMA uma etapa importante no processo, e como bem esclarecido pelo Secretário Mario Mondolfo, ainda haverá necessidade de política pública, recursos e investimentos, para que esse Ferroanel efetivamente entre em obras e traga os benefícios esperados. Propôs ainda aos conselheiros fosse acatada a sugestão do conselheiro Sanseverino, sobre o acompanhamento por Comissão do CONSEMA do licenciamento e implantação do empreendimento, mas com início das atividades quando da emissão da Licença de Instalação (LI) pela Cetesb. **Carlos Sanseverino** endossou a ideia de que a comissão possa passar a operar a partir da LI e solicitou esclarecimento se no presente momento existe alguma Ação Civil Pública proposta em face do projeto, ao que Carlos Aranha respondeu que não sabia de nenhuma e o conselheiro Marcos Funari complementou não possuía essa informação. **Anselmo Guimarães** colocou em votação o Parecer Técnico da Cetesb sobre o EIA/RIMA e a tarefa atribuída à Comissão Temática de Infraestrutura para efetuar o acompanhamento, sendo aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis, 1 (uma) abstenção e nenhum voto contrário, dando origem à seguinte decisão: **“Deliberação CONSEMA 51/2018. De 19 de dezembro de 2018. 373ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova o EIA/RIMA do**

Página 10 de 20



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

*empreendimento “Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte” e atribui tarefa à CT de Infraestrutura. O Conselho Estadual do Meio Ambiente- CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo 1º – Aprova, com base no Parecer Técnico CETESB nº 450/18/IE sobre o respectivo EIA/RIMA, a viabilidade ambiental do empreendimento “Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte”, de responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística S/A – EPL (Processo nº 282/2015). Artigo 2º – Atribui à Comissão Temática de Infraestrutura: Energia, Recursos Hídricos, Saneamento e Sistemas de Transportes a tarefa de acompanhar o licenciamento e implantação do empreendimento “Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte”. Em sua declaração de voto o representante do Ministério Público declarou abster-se em razão do acompanhamento que seus colegas fazem na implantação do empreendimento. Passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia, qual seja, apreciação da minuta de Deliberação Normativa que fixa diretrizes e procedimentos para a instituição e funcionamento de Conselhos de Mosaicos de Unidades de Conservação (artigo 25 do Decreto Estadual nº 60.302, de 27-03-2014). O conselheiro Gil Scatena esclareceu que a assessora da CPLA, Isadora Le Senechal Parada, faria a apresentação do trabalho que, feito em conjunto com a Fundação Florestal, atenderá não só o o citado decreto, que pede um regramento sobre mosaicos, como também uma demanda da própria CTBio e do CONSEMA, por uma regra para estes instrumentos de gestão de área protegida. Isadora Parada iniciou sua fala citando o SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que estabeleceu que quando existirem Unidades de Conservação próximas, ou sobrepostas, a gestão deverá ser feita de forma participativa e integrada em conjunto com todas as Unidades. Posteriormente, mencionou que o próprio decreto que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) detalha dizendo que o mosaico deverá dispor de um conselho, de caráter consultivo, nos moldes das Unidades de Conservação de Proteção Integral, e que esse conselho teria função de atuar com uma gestão integrada dos mosaicos. O artigo 25 do decreto do SIGAP diz que o CONSEMA, por meio de Deliberação Normativa, estabelecerá as diretrizes para o funcionamento dos conselhos dos mosaicos de Unidades de Conservação; que as equipes técnicas da Fundação Florestal, do Gabinete e da CPLA se utilizaram de algumas versões anteriores que já estavam sendo discutidas, modelos dos conselhos de mosaico de Unidades de Conservação federais, a legislação e resoluções da Secretaria do Meio Ambiente fixando as diretrizes para os conselhos de Unidades de Conservação. Informou que a minuta foi submetida à Consultoria Jurídica da SMA, que emitiu o parecer CJ 643/2018 concordando que existe a exigência para o CONSEMA fixar as diretrizes, sendo a Deliberação Normativa o instrumento adequado para tal mister, e que a minuta estava compatível com a legislação. Salientou que, pelo fato de a minuta definir apenas regras gerais, deverão ser editadas resoluções específicas com o detalhamento para cada conselho de mosaico, até mesmo considerando as realidades muito diferentes de mosaicos, desde os pequenos, com poucas Unidades de Conservação, até os mosaicos grandes. Relembrou os cinco mosaicos estaduais: o Mosaico do Jacupiranga, criado em fevereiro de 2008, o Mosaico das Ilhas Marinhas Protegidas do Litoral Sul, de junho de 2012, o Mosaico do Paranapiacaba, de abril de 2013, o novo Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins, instituído em 2013, e o mais recente, o Mosaico de Unidades de Conservação do Cerrado Paulista. Citou ainda os três mosaicos federais abrangidos no território do Estado de São Paulo (Mosaicos Lagamar, Bocaina e Mantiqueira). Explicou que o*

Página 11 de 20



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

artigo 1º estabelece que o Mosaico de Unidades de Conservação terá um conselho de caráter consultivo, que a instituição e a designação dos representantes será formalizada por meio de Resolução do Secretário de Meio Ambiente, que o artigo 3º cita os objetivos que visam compatibilizar a biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável; que o conselho visava integrar a gestão das Unidades de Conservação de forma participativa, considerando os diferentes objetivos cada categoria; que o artigo 4º é uma cópia da legislação, que trata das competências de todos os conselhos; que o artigo 5º trata da composição do conselho composta por membros do poder público e da sociedade civil, e será de forma paritária; que o artigo 6º fala da estrutura, plenário, secretaria-executiva, câmaras técnicas, grupos de trabalho *etc.*; o artigo 7º trata das funções dos membros, secretário-executivo, presidente, de relevante interesse público e não remunerados; o artigo 8º fala do envio anual pelo presidente do conselho de uma avaliação das atividades; e por fim o artigo 9º, que deixa aberto para que o Secretário do Meio Ambiente possa editar normas complementares. Agradeceu à equipe que ajudou a realizar esse trabalho em tempo recorde, o Arthur do Gabinete, o Jorge e o Edson Montilha da Diretoria Litoral Sul, da Fundação Florestal, e os três chefes que deram o encaminhamento com caráter de urgência, ao Gil e Rodrigo, da Fundação, e ao secretário Trani. **Eduardo Trani** abriu então a discussão aos conselheiros. **Syllis Bezerra** parabenizou o trabalho exposto e ressaltou a importância dos conselhos para a preservação do meio ambiente. **Roberto Resende** cumprimentou a equipe, ressaltando a importância desta iniciativa, muito positiva. Propôs uma emenda de texto para o artigo 5º, parágrafo 2º, em que os representantes da sociedade civil designados para o conselho deverão, preferencialmente, compor um dos conselhos das unidades de conservação abrangido pelo mosaico. Tal enxerto de um texto que está em consonância com o Decreto Estadual nº 49.672/2005, sugerindo, então o seguinte encaixe neste parágrafo: *“serão indicados pelas suas instituições, escolhidos entre aquelas cadastradas em conformidade com o regulamento das unidades de proteção integral.”* Sobre o Mosaico Jacupiranga, perguntou se há sinalização sobre a implantação do conselho. **Cristina Murgel** parabenizou a equipe e fez sua consideração em relação ao parágrafo 2º do artigo 5º, que cita apenas a sociedade civil, o que pode gerar o entendimento de que os representantes do poder público podem ou não pertencer aos conselhos, pois não se fez menção a eles. Falou de sua preocupação com a proliferação de conselhos, sugeriu que o conselho do mosaico espelhasse, de certa forma, a representação dos conselhos das Unidades, ficando em sintonia, para não se ter uma interface de sobreposição de funções, o que poderia dificultar sua governança. O **Presidente do Conselho** lembrou a visão de gestão do Estado sobre a formação dos conselhos, a importância da representatividade, e, comemorando a atingimento de 90% dos Conselhos de UCs nominados e em funcionamento, informou que a filosofia é ser o mais enxuto e representativo possível, com equilíbrio entre sociedade civil e governo. Existem órgãos e entidades mais atuantes em determinadas regiões, sendo sua importância em determinados conselhos indiscutível. Contudo, tal representação não pode ser feita por normativa, ou decreto, mas por processo de gestão do Estado. E, em resposta a Cristina Murgel, declarou não ter como colocar, de forma definitiva, a participação de determinado grupo ou determinado representante do Estado. Deste modo, concordou com a sugestão do conselheiro Roberto Resende, em inserir um adendo no texto, mas vê dificuldades em maiores imposições na norma. **Cristina Murgel** manifestou preocupação com o tamanho que esse conselho de mosaico poderia chegar a ter, porque em não havendo nenhuma trava, se começaria a criar, acomodar novas





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

entidades que não estavam na discussão dos conselhos e sim nas unidades, o que tornaria a governança muito complicada, mas ao fim concordou com a regra na forma proposta pelo Presidente. **Clayton Lino** achou interessante a proposta de Roberto Resende, não vendo nenhuma dificuldade de incluir o que já está previsto em decreto. Explicou que a opção pelo termo “*preferencialmente*” e não “*obrigatoriamente*” se dá por existirem algumas entidades, por exemplo ONGs, que às vezes não estão em uma Unidade específica, mas que tem atuação no conjunto da área, o mesmo podendo acontecer no caso dos órgãos governamentais. **Eduardo Trani** sugeriu acrescentar as contribuições à minuta e informou que se no futuro houver alguma alteração, o Conselho poderá refazer esta deliberação. Em seguida, o **Secretário-Executivo** encaminhou para o processo de votação do texto, com a emenda no seu artigo 5º parágrafo 2º, restando aprovada por **unanimidade**, a **Deliberação Normativa CONSEMA 04/2018**, que, para se conservar sua formatação, será transcrita no final da ata. Passou-se ao terceiro item da Ordem do Dia, a **Apresentação do Roteiro Metodológico dos Planos de Manejo do Estado de São Paulo**. O **Secretário-Executivo** convidou o secretário **Eduardo Trani** que iniciou informando terem sido feitas cópias do Roteiro, em papel, que colocou para circular entre os conselheiros, para que tivessem a oportunidade de conhecer, e entendeu que não seria necessário entrar em detalhes da sua apresentação. Afirmou que todos já tiveram a oportunidade de conhecê-lo, e que se poderia apenas distribuir, disponibilizando aos presentes, e deixando registrado que o CONSEMA recebia hoje, pela primeira vez, o Roteiro Metodológico que seria, desta data em diante, o guia da discussão do que está sendo operado nos Planos de Manejo aprovados anteriormente. Em seguida pediu que se dispensasse a apresentação específica do Roteiro. Com a anuência do conselho, passou-se diretamente à apresentação do **Balanço da Gestão da SMA – Mandato 2015-2018**, derradeiro item da Ordem do Dia. Após prefaciar a apresentação discorrendo sobre o quão orgulhoso se sentia por haver, nos últimos meses, encabeçado a Secretaria, e, sobretudo naquele momento, especialmente abrilhantado pelo lustro que a presença de Germano Seara Filho conferia àquela reunião, o **Presidente do CONSEMA** passou sem tardança a inventariar as mais significativas conquistas da última gestão. Iniciando pelo tema da Biodiversidade e Conservação, sublinhou que, das 118 unidades de conservação que contabiliza o estado, 7 foram aprovadas sob sua batuta, e pontuou que São Paulo conta hoje com 940.000 ha de Unidades de Conservação de Proteção Integral e 3.452.000 ha de Uso Sustentável, somando 18% de sua área total. Tais dados, amplamente divulgados por meio de específica página na *internet*, enfatizou, constituem inabalável testemunho da responsabilidade com que a administração estadual conduziu a gestão do patrimônio de biodiversidade em seus diferentes formatos. Nomeou *en passant* as criações de UCs aprovadas no período, e informou que as últimas delas, as APAs do Barreiro Rico e Tanquã – Rio Piracicaba, que tiveram a criação chancelada pelo conselho e cujo decreto que as institui fora já promulgado pelo governador, seria encaminhado para publicação no Diário Oficial no dia seguinte. Em paralelo, destacou, a Fundação Florestal reconheceu 11 RPPNs, que juntas somam cerca de 938 ha, o que representa 30% mais Unidades de Conservação do que eram contadas em 2015. Tais áreas resultaram de importantes parcerias com o setor privado, fundamentais, sobretudo porque o estado não exhibe condições para levar a efeito desapropriações de grande porte, e considerando a necessidade de se ampliar o número de Unidades de Conservação sem que isso represente aumento dos custos para o erário público e, por consequência, sobre o próprio contribuinte. Relatou haverem sido aprovados 22 Planos de Manejo, fato inédito na história da Secretaria, 11 deles do projeto-

Página 13 de 20



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

piloto, e manifestou sua gratidão e reconhecimento a todos quantos colaboraram para o completo êxito da empreitada. Relatou ainda que a Câmara de Compensação Ambiental aprovou substantivos recursos para a promoção das UCs estaduais, garantindo assim o investimento em projetos, equipamentos e melhorias diversas, para, numa etapa seguinte, estabelecer-se parcerias com a sociedade civil por intermédio de contratos de concessão e permissão de uso. O esforço no sentido de se trazer a população para contribuir com a conservação das Unidades, ponderou, é especialmente importante na medida em que apura e robustece o sentido de valor dessas áreas e a necessidade de sua proteção. Proficiente trabalho realizou-se também no plano da inovação da gestão, aplicando-se 41% dos recursos disponibilizados pela Câmara de Compensação na proteção destas áreas, e de que são exemplos DEJEM – Diária Especial por Jornada Extraordinário de Trabalho, a Operação Corta-Fogo e a fiscalização por drones, entre outros. Outra medida inovadora, pontuou, foi a aprovação, pelo CONSEMA, de duas concessões públicas de Unidades de Conservação, respectivamente em Campos do Jordão e na Cantareira, que possibilitarão atestar efetivamente a viabilidade do modelo ora adotado para a concessão de outras unidades. Festejou o fabuloso aumento de visitantes aos parques urbanos no período de 2016 a 2018, que saltou de 12 para 15 milhões de pessoas, e que atribuiu seria devido em grande parte ao estabelecimento de parcerias, com o que foram criados novos serviços, e ao processo de modernização dessas áreas, e mencionou o exemplo do Parque Villa-Lobos, objeto de importantes medidas de aprimoramento de gestão, as quais sucintamente mencionou. Celebrou também a criação do Parque Jequitibá, na Zona Oeste de São Paulo, cuja área total é superior à do Parque Ibirapuera, e que é equipado por singular conjunto vegetacional e lindas trilhas, contando com diversas passarelas de acesso. A completa liberação da área para o público é prevista para o próximo ano. Sublinhou que a SMA operou autêntica quebra de paradigma ao estabelecer inéditos contratos de permissão de uso com municípios interessados em utilizar da infraestrutura das unidades, e noticiou que os primeiros resultados dessas iniciativas têm se revelado extremamente promissores. Referiu importante Resolução Conjunta, assinada também pela Secretaria da Agricultura, e que regula o manejo e o controle populacional dos javalis. Deu conta da atualização da lista de espécies da fauna silvestre, aprovada pelo conselho, e do decisivo apoio, no plano federal, a importantes resoluções versando sobre o tráfico de animais silvestres. Ofertou números atualizados pertinentes à restauração levada a efeito no âmbito do Programa Nascentes, e enfatizou que o trabalho nesse intuito conduzido deverá marcar também e cada vez mais a próxima gestão. Fez breve balanço do SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, que levantou um total de 345 mil imóveis em São Paulo, e adiantou que, tão logo julgadas as ações em curso e pacificadas as discussões de ordem jurídica que cercam o PRA - Programa de Regularização Ambiental, será também este com prioridade implantado. Discorreu sobre os méritos do cadastro SARE - Sistema Informatizado de Restauração Ambiental, instrumento que, conforme considerou, é absolutamente essencial no horizonte das medidas de restauração ambiental, e fez saber que o próximo passo a ser tomado nesse tema é a edição de resolução versando sobre o manejo de espécies nativas no estado, o que possivelmente ocorrerá ainda naquela semana. Mencionou também, no rol das exitosas iniciativas do Estado ao longo da gestão que se encerra, o Etanol Mais Verde, relevante etapa do Protocolo Agroambiental e que se desdobrou em medidas de proteção à fauna e às matas ciliares e de redução do reuso da água nas usinas de cana de açúcar. Informou que os resultados levados à COP-14, a Conferência sobre Diversidade Biológica e à COP-24, a Conferência sobre as



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas, realizadas respectivamente no Egito e na Polônia, tiveram entusiástica recepção pelos países participantes. Comunicou que R\$ 20 milhões foram direcionados para a renovação da frota da Polícia Militar Ambiental, e que os veículos seriam adquiridos já no início do próximo ano, e comemorou a inauguração da sede do Primeiro Batalhão da Polícia Ambiental, de 3.000m², no bairro da Casa Verde; informou que a totalidade dos AIAs lavrados hoje são digitais, havendo também o fornecimento de *tablets* a toda a Polícia Ambiental. Destacou ainda a contratação de serviço de pátios para disposição de veículos e maquinários apreendidos nas ações de fiscalização, e a compra do novo fardamento dos agentes. Ou seja, hoje a Polícia Militar Ambiental está bem melhor equipada para atender às demandas. Ainda no âmbito das ações da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – CFA, citou as ações desempenhadas no Programa MAIS – Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélite, que hoje permite uma detecção muito mais célere e acurada das situações de irregularidade referentes à supressão de vegetação nativa. Foram direcionados recursos da Câmara de Compensação Ambiental para a Operação Corta-Fogo, o que aumentou a capacidade de resposta e possibilitou notável sucesso na prevenção e combate a sinistros. Reportou que o Programa de Conciliação Ambiental atingiu índices da ordem de 65% de sucesso, sendo esta uma forma ideal de se fazer com que os Autos de Infração Ambiental sejam efetivamente pagos e os danos corrigidos, trabalho árduo, “de formiga”, feito no dia-a-dia pelas equipes regionais, coordenadas pelo conselheiro Sergio Marçon. Com relação ao tema Resíduos Sólidos, comemorou os avanços, com a edição da Decisão de Diretoria DD CETESB 076/2018/C, que possibilitou a análise de 47 planos de logística reversa, destes sendo consolidados 26. Nesse cenário, agradeceu e parabenizou a FIESP e o MP pelo empenho e espírito de colaboração que marcou desde o princípio a implementação de referidos planos. Citou ainda o Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos – SIGOR, nas subdivisões Reciclagem e Construção Civil. Enfatizou ainda que, nos últimos quatro anos, dez novos termos de compromisso de logística reversa foram celebrados. Discorreu sobre os avanços na questão do gerenciamento dos resíduos sólidos, em cujo ensejo comemorou a liberação de verba do Governo Federal, no montante de R\$ 4,3 milhões, para o financiamento dos projetos. Alertou para a proliferação dos aterros irregulares, fenômeno a que a Secretaria tem de modo heroico enfrentado, listando em seguida o leque de medidas de combate adotadas, mormente no âmbito da fiscalização. Destacou o que a Cetesb realizou ao longo dos últimos quatro anos no tema da qualidade ambiental, enfatizando as 284 mil fiscalizações contabilizadas, e que perfazem uma média de 90 mil ao ano. Listou em linhas gerais os principais equipamentos que compõem o aparato utilizado pelo órgão no contexto das análises ambientais, de que são destaque 470 pontos de monitoramento, 88 estações de qualidade do ar e a ampliação dos pontos de monitoramento das praias. Tal atuação, sublinhou, resulta de um significativo incremento e investimento nas ações da Companhia Ambiental durante o período considerado. Destacou a agilidade da Cetesb, citando a emissão de 127.000 licenças ambientais, 713 delas de empreendimentos de alto impacto, e 5.600 pelo Via Rápida Ambiental, instrumento que busca desburocratizar o licenciamento de projetos de baixo potencial de impacto. Também vitoriosa foi a implantação do VRE - Via Rápida Empresa, licenciamento integrado para os pequenos casos, resultante de convênio com a junta comercial e outros, e que totalizou 470 mil licenças para empreendimentos de baixo risco e outras 8 mil de alto risco, tudo, do princípio ao fim, tramitado num sistema integralmente digital – o Portal de Atendimento e-Ambiente. Ponderou então que o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

caminho que se percorre é correto, e deve continuar a ser percorrido: fazer-se cada vez mais gestão, para que os resultados que se venha a obter e as soluções ao final encontradas sejam continuamente aperfeiçoados. Citou o aumento de informações disponíveis acerca da qualidade das águas, tanto superficiais quanto subterrâneas, e, sobre a qualidade do ar, relatou a aprovação e participação na discussão nacional para Resoluções CONAMA 490 (Fase P8 do PROCONVE) e 491 (novos padrões de qualidade do ar), para as quais, lembrou, houve discussão específica no CONSEMA. Agradeceu ao conselheiro Gil Scatena e equipe pelo trabalho com tamanho esmero realizado no contexto do Zoneamento Ecológico-Econômico, e noticiou a instalação de mesas de diálogo junto à FIESP, Sociedade Rural Brasileira, ABIQUIM, FECOMÉRCIO, entidades ambientalistas, universidades e institutos de pesquisa. Pontuou que todas as reuniões testemunham representativo engajamento, sendo todas com sucesso realizadas. Prognosticou que o grande desafio que se apresentava era a implantação, até o final de 2020, do Zoneamento Ecológico-Econômico compartilhado entre as secretarias de estado e setores econômicos, e pôs em relevo a aprovação, em 2017, do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - Litoral Norte, destacando ainda a Política de Proteção aos Mananciais em andamento e a Operação Integrada Defesa das Águas, e comentou que a fusão da SMA com a Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos permitirá que os trabalhos nesse tema se desenvolvam de forma mais sinérgica e sintônica. Comemorou a publicação da importante Resolução 142/2018, que trata da Compatibilização dos Planos Diretores Municipais com Leis Específicas de Mananciais. O Programa Município VerdeAzul contou com a adesão, neste ano, de mais de 570 municípios, demonstrando a sua pujança e expressividade. A esse respeito ainda, ressaltou o papel absolutamente fundamental dos municípios na gestão ambiental em sua jurisdição, e destacou, sem refugir ao primacial assunto, a aprovação da Deliberação Normativa CONSEMA 01/2018, que revisita norma de 2014, aperfeiçoando e atualizando a disciplina do licenciamento ambiental municipal. Apregoou que naquela tarde, às 16h00, no Palácio dos Bandeirantes, tomaria posse a Comissão Interestadual de Educação Ambiental, à qual, declarou, pessoalmente se fará presente, e evidenciou algumas das ações desenvolvidas sob a égide do Programa Verão no Clima. Festejou a ampliação do rol de cursos oferecidos e respectivas vagas disponibilizadas pela Escola Superior da Cetesb, celeiro de técnicos e pesquisadores do mais elevado gabarito. Elencou, sem muito neles se deter, alguns dos mais importantes dentre os tantos eventos internacionais de que participou a SMA, e dos quais merece menção, as seis conferências das partes, quatro delas sobre o clima e outras duas tratando da biodiversidade. Narrou sua satisfação pela importante modernização física de unidades descentralizadas da SMA, com as reformas dos Centros Regionais de Registro, São Carlos, Franca, São José do Rio Preto, Santos, além da sede do Instituto Geológico; destacou as novas instalações da Cetesb, em Sorocaba, Campinas, e o Laboratório de Química Orgânica; fez saber que a redução de gastos com a frota de veículos e serviços se deu no patamar de 25%, e que, face às adequações operadas, não implicou em nenhum prejuízo às atividades desenvolvidas; e chamou a atenção para a implantação, já concluída, do Projeto Papel Zero. Propalou a edição, naquela semana, de Resolução respeitante à Compensação Ambiental de Reserva Legal em Unidades de Conservação, lembrou as recentes aprovações das Deliberações Normativas CONSEMA regrando as Intervenções nas APPs Urbanas e o Licenciamento Ambiental Municipal informando, ainda, haver recém enviado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo dois projetos de lei que têm por objeto a ampliação dos recursos obtidos da cobrança da taxa ambiental, o que possibilitará a recuperação de passivo no





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

montante de R\$ 50 milhões. Sobre as atividades do Conselho Estadual do Meio Ambiente, informou haverem sido realizadas ao longo do mandato que se exaure 52 Reuniões Plenárias, 110 reuniões de Comissões Técnicas e 98 Audiências Públicas, com um público de aproximadamente 9.500 pessoas; foram aprovadas 140 deliberações, 5 delas normativas, e 7 moções. Avaliou como extremamente profícua a gestão da SMA, a qual, ressaltou, foi dividida pelos quatro secretários no atual mandato, e agradeceu copiosamente a preciosa colaboração de todos e de cada conselheiro. Lembrou que a partir de janeiro a SMA estaria sob novas rédeas, agora como Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, certo de que o titular da pasta discutirá, com aquela que passará a ser sua equipe, os planos de trabalho para os próximos quatro anos. Num discurso assumidamente otimista, ressaltou a consistência e perenidade do legado que o mandato, às vésperas de seu término, deixava, lembrando, ainda, da finalização da licitação do Inventário Florestal de São Paulo, marcando os dez anos do inventário atual, que data do ano de 2009, colocando à disposição, pelos canais adequados, maiores e mais detalhadas informações a quem as desejasse obter. **Concluído o Balanço da Gestão SMA – Mandato 2015-2018**, e com ele os assuntos a tratar na reunião, o **Presidente do CONSEMA** introduziu singela homenagem a Germano Seara Filho, ex-Secretário Executivo da casa. Desencarcerando saudosas reminiscências, resgatou simbólico mas extremamente representativos eventos do longo convívio que tiveram, ambos desde cedo envolvidos com a causa ambiental no plano da governança paulista. Preciosa seleção de fotos, como que átimos eternizados, foi exibida e logo secundada pelas memórias que suscitava. Coroou seu discurso com a láurea da gratidão por haver ocupado o honroso cargo de Secretário de Estado e pelo privilégio de, nessa condição, usufruir do convívio e da amizade daquele que por tantos anos zelosamente secretariou o CONSEMA. Tomando da palavra, o ex-Secretário Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, começou por falar da emoção que o tomava naquele momento, em meio à derradeira reunião do atual governo, e festejou mais esta ocasião de rever pessoas que lhe foram tão caras ao longo da carreira. De tal modo era inapagável a memória do período em que trabalhou na secretaria do conselho, comentou, que parecia-lhe não se haver decorrido o menor hiato desde o seu desligamento até o momento presente. Em tom confessional, fiduciou aos presentes as saudades que tinha do trabalho que naquele meio desenvolvera e no qual, *ipsis verbis*, se vestia diplomacia e se exercitava democracia, sempre na busca do melhor para a sociedade e para o meio ambiente. Despediu-se renovando seus agradecimentos por mais esta homenagem com que, sem saber se merecia, era brindado naquela ocasião. Ao encerrar a reunião, o Presidente do CONSEMA pediu fossem também homenageados todos os funcionários do conselho com calorosa salva de palmas, e convocou-os para eternizar o momento com uma foto histórica. Sem mais, deu por encerrados os trabalhos daquela reunião. Conforme registrado anteriormente, segue o texto da **Deliberação Normativa CONSEMA nº 04/2018**, aqui transcrita com o propósito de se conservar sua formatação:

**Deliberação Normativa CONSEMA 04/2018**

**De 19 de dezembro de 2018**

**373ª Reunião Extraordinária do Plenário do CONSEMA**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

*Fixa diretrizes e procedimentos para a instituição e funcionamento de Conselhos de Mosaicos de Unidades de Conservação e dá providências correlatas.*

**O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA**, no exercício de sua competência legal, e

Considerando que o Art. 26 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, determina que a gestão do conjunto de Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, seja realizada de forma integrada e participativa, considerando-se seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional;

Considerando que o Art. 25 do Decreto nº 60.302, de 27 de março de 2014, confere ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA a atribuição de estabelecer diretrizes para o funcionamento de Conselhos de Mosaicos de Unidades de Conservação;

Considerando o disposto no Decreto federal nº 4.340/2002 e no Decreto nº 49.672/2005;

Considerando a necessidade de padronização dos procedimentos para a instituição e funcionamento de Conselhos de Mosaicos de Unidades de Conservação sob a gestão estadual, de caráter consultivo;

**DELIBERA:**

**Artigo 1º** - O Mosaico de Unidades de Conservação sob a gestão da Secretaria do Meio Ambiente ou de suas entidades vinculadas contará com um conselho de caráter consultivo, cuja instituição e funcionamento serão regidos por essa Deliberação Normativa.

**Artigo 2º** - A instituição de Conselho Consultivo de Mosaico e a designação de seus membros serão formalizadas por Resolução do Secretário do Meio Ambiente.

**Artigo 3º** - O Conselho Consultivo de que trata esta Deliberação Normativa visa integrar a gestão das Unidades de Conservação inseridas no mosaico de forma participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, com vistas a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

**Artigo 4º** - Compete ao Conselho Consultivo de Mosaico:

I - elaborar seu Regimento Interno, definindo as atribuições e competências de seus membros, nos termos da legislação vigente;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;
2. o acesso às unidades;
3. a fiscalização;
4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
5. a pesquisa científica; e
6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;

b) a relação com a população residente na área do Mosaico;

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades;

IV - manifestar-se, quando provocado por órgão gestor, Conselho de Unidade de Conservação ou outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para a gestão do Mosaico.

**Artigo 5º** - O Conselho Consultivo de Mosaico de Unidades de Conservação será integrado por membros oriundos do Poder Público e da sociedade civil, cuja atuação seja relevante na área de influência do Mosaico.

**§ 1º** - A representação dos entes públicos e da sociedade civil no Conselho Consultivo de Mosaico será paritária, considerando a realidade de cada Unidade de Conservação.

**§ 2º** - Os representantes da sociedade civil designados para o Conselho Consultivo de Mosaico serão indicados por suas instituições, escolhidos dentre aquelas cadastradas em conformidade com os critérios estabelecidos mediante Resolução do Secretário do Meio Ambiente e deverão, preferencialmente, compor um dos conselhos das Unidades de Conservação abrangidas pelo Mosaico.

**§ 3º** - O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, renovável por igual período.

**Artigo 6º** - O Conselho Consultivo de Mosaico terá a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

IV - Câmaras Temáticas e/ou Grupos de Trabalho, se for o caso.

§ 1º - O Plenário será composto por todos os membros do Conselho Consultivo de Mosaico, que terão direito a voz e voto.

§ 2º - O Conselho Consultivo de Mosaico será presidido por um dos gestores das Unidades de Conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros.

§ 3º - O Secretário Executivo será eleito pelo Plenário.

§ 4º - As reuniões do Conselho Consultivo de Mosaico serão públicas, com pautas preestabelecidas no ato da convocação, que deverão ser divulgadas e realizadas em local de fácil acesso.

**Artigo 7º** - As funções de membro, Presidente e Secretário Executivo de Conselho Consultivo de Mosaico não serão remuneradas e constituirão serviço público relevante.

**Artigo 8º** - Os Presidentes de Conselhos Consultivos de Mosaico deverão encaminhar, anualmente, aos órgãos e entidades vinculadas à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, responsáveis pela administração do Mosaico, avaliação sobre as atividades desenvolvidas pelo colegiado.

**Artigo 9º** - O Secretário do Meio Ambiente poderá editar normas complementares à presente Deliberação Normativa.

**Artigo 10** - Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Eduardo Trani**  
**Secretário de Estado do Meio Ambiente**  
**Presidente do CONSEMA**

Eu, **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.